

**A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL
ESPECIALIZADO: UM ESTUDO DE CASO EM TRÊS ESCOLAS PÚBLICAS DA
CIDADE DE FORTALEZA, CAUCAIA E PACATUBA**

Eixo: Educação Especial

AMADEU FERNANDES DE LIMA SOBRINHO¹

Universidade Federal do Ceará

amadeufernandes@live.com

MARYANA FERREIRA SILVA²

Universidade Vale do Acaraú

m.f0008@gmail.com

SAMARA DA SILVA BEZERRA³

Universidade Estadual do Ceará - UECE

samara_vip1997@hotmail.com

RESUMO

O presente artigo teve como objetivo investigar o processo de formação de professores que atuam na Sala de Recursos Multifuncionais, identificando se a formação exigida para esses profissionais oferece subsídios para que eles possam realizar o atendimento educacional especializado, levando em consideração as especificidades que eles julgam essenciais para desenvolver o seu trabalho. Para enriquecer a discussão, foram entrevistadas três professoras da rede municipal de ensino de Fortaleza-Ceará e região metropolitana. Os resultados desta pesquisa ilustraram que apenas os cursos de graduação e especialização na área não são suficientes para efetivar o trabalho dos docentes, tornando a formação continuada um elemento crucial para suprir a demanda exigida na prática. A concepção de inclusão, a formação e a parceria do professor do AEE com os demais profissionais são um dos fatores que implicam no processo de ensino-aprendizagem de alunos com deficiência.

Palavras-chave: formação docente, atendimento educacional especializado, inclusão escolar.

¹ Graduando em Pedagogia pela Universidade Federal do Ceará – Bolsista de Iniciação Científica – PIBIC/CNPq, pesquisador na área da linguagem escrita e interação social de sujeitos com deficiência intelectual. Membro do Grupo LER – Linguagem Escrita Revisitada.

² Graduanda em Pedagogia pela Universidade Estadual do Vale do Acaraú - UVA - Estagiária em Educação Infantil pela prefeitura de Maracanaú.

³ Graduanda em Pedagogia pela Universidade Estadual do Ceará - UECE– Estagiária em Educação Infantil pela Prefeitura de Maracanaú.

1. INTRODUÇÃO

A Inclusão tem conquistado seu espaço no campo educacional brasileiro e torna acessível às pessoas com deficiência a comunicação, a socialização e o ensino-aprendizagem dentro e fora da sala de aula. O Decreto nº 5.296/04 “regulamentou as Leis nº 10.048/00 e nº 10.098/00, estabelecendo normas e critérios para a promoção da acessibilidade às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida”, assegurando a todos os alunos a inclusão educacional e esse direito deve ser cumprido pelas redes de ensino, sem que haja qualquer distinção. Para eliminar a discriminação e a segregação faz-se necessário a construção de políticas públicas que assegurem a inclusão, através do acesso a recursos pedagógicos e de acessibilidades às escolas regulares. Com o intuito de atender essas necessidades, os sistemas públicos de ensino modificam sua organização ofertando o Atendimento Educacional Especializado (AEE) aos alunos com deficiência matriculados nas salas de aula regular, previsto no projeto político pedagógico da escola e estabelecido na lei que resguarda o direito à educação especial. Esse atendimento é realizado pelos professores na Sala de Recursos Multifuncionais (SRM).

Dessa forma, neste trabalho, objetivou-se investigar como se dá a formação do professor que ensina na SRM, as especificidades que eles julgam essenciais para que se desenvolva um bom atendimento e a importância do AEE para que ocorra uma melhora no desenvolvimento cognitivo de crianças com deficiência, que enfrentam no seu cotidiano o desafio de desenvolver suas potencialidades para conseguir dialogar com os conhecimentos diversos e com os colegas da sala de ensino regular.

Partindo desse contexto de educação especial na perspectiva da educação inclusiva, foram escolhidas três escolas de ensino público regular dos municípios de Fortaleza, Caucaia e Pacatuba como campo de estudo da pesquisa. As professoras desse espaço pedagógico foram entrevistadas com os objetivos de descrever: as concepções de inclusão que orientam a sua prática; a política de formação docente a partir de relatos sobre a sua profissionalização; as estratégias didáticas utilizadas e se há parceria entre o professor da sala de aula comum e o professor do AEE na inclusão de alunos com deficiência.

2. PROPOSTAS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A história das pessoas com deficiência foi marcada por maus tratos, mitos e exclusões. Viviam marginalizadas, pois seus comportamentos e aparência rompiam com as regras sociais. Apenas a partir da segunda metade do século XX começaram a surgir na sociedade movimentos, ainda pequenos e discretos, que tendiam a voltar seu olhar para as pessoas com deficiência.

As várias transformações ocorridas ao longo da história das pessoas com deficiência culminaram na perspectiva de incluí-las no mercado de trabalho, nos espaços de lazer, nas escolas e nos mais variados ambientes onde circulam os ditos normais (FIGUEIREDO e BEZERRA, 2010, p. 29).

Diante dessas transformações, a década de 1990 foi marcada por discussões relativas à inclusão dessas pessoas na educação. E a partir daí os pesquisadores passaram a buscar e desmistificar a ideia de que pessoas com deficiência seriam impossibilitadas do convívio social e escolar.

Para que se concretize uma escola que chegue a todas as pessoas em idade escolar, é preciso que se mude a forma de conceber o ensino e a aprendizagem, além de outros fatores que configuram a educação. É preciso fazer de fato a inclusão sem esperar que condições favoráveis sejam efetivadas. A mudança deve começar do próprio profissional, usando a criatividade e os meios adequados que favoreçam, de fato, o aprendizado do aluno dito normal e com deficiência. Segundo Figueiredo e Bezerra (2010, p. 25) “a inclusão escolar de alunos com deficiência no sistema regular de ensino, não é uma utopia. Esse paradigma de educação escolar é possível de ser efetivado”.

Partindo do pressuposto que as dificuldades encontradas pelos professores ao receberem em suas salas alunos com deficiência, “a falta de habilidade para lidar com essas pessoas é fruto da não convivência com elas” (FIGUEIREDO e BEZERRA, 2010, p. 31). É perfeitamente possível essa convivência e aprendizado mútuo. Mas além do professor, a família e a escola têm um papel fundamental nesse processo de inclusão e aprendizagem, sendo preciso que caminhem de mãos dadas e atentas para o seu desenvolvimento educacional.

A inclusão deve existir para que a criança com deficiência tenha um espaço em que possa se sentir bem, se desenvolver sem o impedimento de preconceitos. A inclusão também

proporciona laços de amizade, autonomia do aluno com deficiência, que se vê como conquistador do seu espaço real de interações, aumentando sua autoestima, dentre outros.

Por isso, é preciso que haja convivência, esse é o princípio. “A inclusão escolar é um convite à descoberta das riquezas presentes em cada ser que é único por natureza” (FIGUEIREDO e BEZERRA, 2010, p. 34).

3. O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E A SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAL

O Atendimento Educacional Especializado (AEE), definido pelo Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2008, surgiu a partir da necessidade de existir um serviço que pudesse incluir socialmente e desenvolver cognitivamente alunos com deficiência. As alíneas I e II do 1º parágrafo desse decreto definem os objetivos gerais desse atendimento:

I - complementar à formação dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, como apoio permanente e limitado no tempo e na frequência dos estudantes às salas de recursos multifuncionais; ou

II - suplementar à formação de estudantes com altas habilidades ou superdotação (BRASIL, 2008, p. 1).

Segundo Batista e Matoan (2006), o Atendimento Educacional Especializado deve oferecer: apoio ao desenvolvimento de cada aluno; ensino de linguagens e códigos de comunicação e sinalização específicos, como libras e braile; atendimento em todos os níveis de ensino e em todos os turnos; horário reservado para o atendimento individual oposto ao das aulas do ensino regular; materiais pedagógicos e didáticos de acordo com as necessidades; articulação com as salas comuns, visando a inclusão escolar e acesso as tecnologias assistidas (TA).

As escolas comuns devem proporcionar aos alunos espaços específicos para o atendimento, para que o aluno possa sentir-se envolvido e disposto a desenvolver-se cognitivamente, oferecendo o maior número de possibilidades de socialização, assim como aprender a pensar e a desenvolver sua criatividade (BATISTA E MATOAN, 2006).

Partindo das propostas de inclusão anteriormente citadas e dos objetivos do atendimento educacional especializado, especificaremos mais sobre como deve ser a formação do professor do AEE, as condições das SRM e das estratégias didáticas utilizadas

pelos professores.

4. A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS

O professor/educador assume um papel fundamental no processo de desenvolvimento cognitivo do seu aluno, este tendo algum tipo de deficiência ou não. Para Piaget, não somente o discente deve ser apontado como ser ativo neste processo, mas também o docente, que deve estar sempre atento às necessidades e dificuldades de seu aluno. Sempre que for necessário deve, o investigar e o desafiar, para que ele consiga por si mesmo ultrapassar barreiras que por ventura possa vir a existir em sua vida.

Deve acontecer o mesmo com o profissional que irá dar assistência ao AEE, ele trabalhará junto com o professor do ensino regular para assegurar a inclusão de alunos com deficiência, seja ela qual for. Esse relacionamento não se dará somente com o professor do ensino comum, mas também com familiares, amigos e todos aqueles que interagem com o aluno que estará sendo assistido.

Segundo Batista e Matoan (2006), essa nova modalidade, que visa a inclusão do aluno que tenha alguma deficiência, veio para modificar a formação de professores especializados. Fazendo com que este profissional se aprofunde mais, afim de, obter mais conhecimento e a partir disto ter capacidade de desenvolver práticas educacionais próprias deste tipo de atendimento.

Ainda na visão de Batista e Matoan (2006), acredita-se que, além da graduação, o professor que deseja trabalhar com a modalidade da educação inclusiva, deverá também se aprofundar em cursos específicos sobre a temática aludida. Com isso surgiram propostas de criação de cursos com o intuito de instruir e preparar profissionais para trabalhar com pessoas com deficiência.

Além desses cursos, outro grande aliado à preparação do professor do AEE é a formação continuada, que o manterá atualizado e o capacitará a planejar mais desafios ao seu aluno, para que ele desenvolva a sua aprendizagem.

5. ESTRATÉGIAS DIDÁTICAS

O Atendimento Educacional Especializado ou AEE como é comumente falado, é um tipo de serviço educacional especializado que visa atender alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação em todas as idades. Esse tipo de atendimento ocorre no contra-turno do horário em que o aluno está matriculado, no ensino regular. Para que esse serviço se efetive, é preciso que a escola tenha um espaço destinado ao professor especializado na área, para que possa elaborar estratégias pedagógicas de acordo com as especificidades de cada aluno.

É importante esclarecer que o papel do professor do AEE não é o mesmo do professor do ensino regular. Na sala de recursos, por exemplo, o aluno irá desenvolver e realizar atividades que estimulem o seu desenvolvimento cognitivo, motor e/ou social, sobretudo, no campo da aprendizagem.

De acordo com Figueiredo (2010), é também papel do professor do AEE produzir materiais didáticos e pedagógicos, tendo em vista as necessidades específicas do aluno, no sentido de promover sua inclusão e interação na sala de aula regular.

O professor tem o papel de mediar os processos da aprendizagem e, para isso, é imprescindível que ele conheça seus alunos e suas particularidades, para além da visão sobre sua deficiência. Vale salientar que para que se configure de forma eficaz os conteúdos e o desenvolvimento das atividades propostas na sala de recursos multifuncionais, o professor do AEE precisa trabalhar em parceria com o professor do ensino regular, possibilitando a inclusão do aluno.

Com isso, Figueiredo (2010) assevera que o trabalho do professor na sala de recursos engloba três polos essenciais em sua prática, a saber: gestão, a avaliação e o acompanhamento da aprendizagem dos alunos.

A seguir, detalharemos o trabalho e a atuação do professor especializado na sala de recursos multifuncionais, levando em consideração a proposta desses três polos anteriormente citados que permeiam sua prática e os relacionando à realidade encontrada em três escolas que possuem SRM.

5. METODOLOGIA

A presente pesquisa tem a configuração de um estudo de natureza qualitativa e exploratória, que pretende compreender o processo de formação profissional para atuar no

AEE. Essa pesquisa foi realizada com três professoras da Sala de Recursos Multifuncionais em três diferentes escolas da rede pública, no qual se buscou investigar as suas formações e as estratégias de ensino.

O critério de escolha da pesquisa surgiu a partir do interesse dos pesquisadores em investigar a carreira profissional dos professores do AEE que atuam na capital e em cidades da região metropolitana de Fortaleza-Ceará. São elas: Escola A, localizada no município de Fortaleza-CE; Escola B, localizada no município de Caucaia-CE e Escola C, do município de Pacatuba-CE.

O levantamento dos dados se deu através da realização de uma entrevista com base em um roteiro pré-definido, direcionada as professoras, visando responder as seguintes questões:

- Quais as concepções de Inclusão que os professores apresentam?
- Como foi feita a formação dos docentes que atendem na SRM?
- Será que a formação profissional obtida pelos docentes que atuam no AEE tem sido suficiente para garantir um bom resultado no processo de ensino-aprendizagem e afloração da criatividade dos alunos com deficiência?
- Que as estratégias didáticas os docentes da SRM utilizam no AEE nas escolas pesquisadas?
- Como se dá a parceria entre o professor do AEE e o professor comum para que se efetive a inclusão de alunos com deficiência?

A realização das entrevistas ocorreu no mês de Outubro do ano de 2014, abordando uma série de perguntas que visaram responder às questões norteadoras deste trabalho, ou seja, suas estratégias didáticas, concepções, além da formação nesta área.

6. RESULTADOS OBTIDOS

Os resultados desta pesquisa evidenciaram a realidade enfrentada pelas professoras da sala de recursos no seu cotidiano. A partir do relato das mesmas, pode-se compreender a dimensão do trabalho do AEE e os percalços que limitam suas práticas docentes.

Durante a pesquisa, as três professoras entrevistadas informaram que são graduadas em Pedagogia e também já fizeram especializações, que dentre as quais citadas, destacaram-se: gestão educacional e educação inclusiva. Apenas uma das três professoras

entrevistadas ainda não concluiu sua especialização voltada para o AEE, prevista para concluir em breve.

Foi perguntado às professoras sobre qual formação elas consideravam necessária para atuar na SEM, e segundo seus relatos, elas informaram que é necessária uma formação voltada para cada tipo de deficiência, que atenda a cada especificidade humana. Entretanto, a professora de Caucaia ressaltou ainda que a graduação e a especialização não dão bases suficientes para atuar no AEE, considerando os cursos de formação e extensão específicos para cada deficiência, fundamentais para a formação do professor. As três entrevistadas também informaram que já fizeram algumas dessas formações específicas, e os cursos mais citados entre elas foram: libras, deficiência intelectual/síndrome de Down, e altas habilidades/superdotação. Com o suporte dessas formações adicionais, as professoras alegaram que aprenderam a confeccionar e adaptar recursos (jogos e materiais pedagógicos), o desenvolvimento de estratégias específicas para cada deficiência.

As professoras ressaltaram que participaram de concursos públicos para atuar na sala de recursos multifuncionais. Antes de atuarem nessa área, tiveram experiência profissional no ensino regular. Com exceção da professora de Caucaia, que teve experiência em um abrigo de pessoas com deficiência intelectual, no qual teve a oportunidade de assumir a sala de recursos multifuncionais através da abertura de vagas em concurso público sem que precisasse ter experiência em docência.

Foi questionado sobre a diferença do trabalho realizado pelo professor do AEE do trabalho desenvolvido pelo professor do ensino regular. As três informaram que são trabalhos distintos, pois no ensino regular os professores trabalham os conteúdos das disciplinas, enquanto que na SRM são desenvolvidas atividades que possibilitem o aluno a superar suas maiores dificuldades. Elas alegaram que no AEE, utilizam materiais facilitadores para cada aluno de acordo com a sua deficiência.

Investigou-se como ocorre o planejamento do AEE em parceria com o professor da sala comum. A profissional de Pacatuba informou que planeja as atividades juntamente com o professor da sala de aula comum. Juntos planejam as avaliações e trabalhos, enquanto ela faz as intervenções dentro do conteúdo proposto. A professora de Fortaleza expôs que precisa conhecer quais as matérias dadas pelo professor da sala comum, para então adaptar seu material. Ela enfatiza que sempre vai até a sala do outro professor, ou ele se dirige à sua sala. Entretanto, a professora entrevistada de Caucaia alega que o professor da sala regular nem

sempre a procura, ou quando sim, somente no período de avaliações dos alunos. Ela acrescenta que essa situação não é boa, mas que não pode obrigar o outro profissional a participar desse planejamento.

Sobre as estratégias didáticas utilizadas no AEE, foi percebido que as discentes utilizam bastantes jogos pedagógicos e recursos de tecnologia assistiva, com atividades adaptadas, uso de computadores, diários, relatórios e plano de atendimento educacional.

No que se refere aos subsídios que são oferecidos às professoras entrevistadas para que desenvolvam suas atividades, as três relataram que recebem os recursos da prefeitura e do Ministério da Educação. Pode-se notar que segundo os relatos, embora as prefeituras de Pacatuba e Caucaia também invistam em cursos de capacitação, livros e outros materiais adaptados, os recursos tecnológicos ainda fazem falta, e que por isso, algumas vezes, se faz necessário que comprem materiais do próprio bolso.

Foi perguntado sobre o que é considerado fundamental para que ocorra um bom atendimento educacional especializado, e as professoras de Pacatuba e Fortaleza informaram que é necessário que o professor seja capacitado, que invista sempre na sua formação continuada. A professora de Pacatuba ainda ressalta que a participação e o apoio da família e do professor da sala comum também são muito importantes. A professora de Caucaia alega que o aluno precisa estar disposto e com vontade para que ocorra um bom atendimento.

Dentre as maiores dificuldades explicitadas pelas professoras, a maior queixa apresentada foi sobre a falta de parceria entre o sistema de saúde e a escola. A professora de Fortaleza relatou que existem crianças que não tem o laudo médico, o que impossibilita a trabalhar da maneira correta. A falta do diálogo com os médicos ainda é muito frequente, mas que esse problema é dificultado pelos pais que não buscam esses profissionais para dar assistência. As professoras relataram também diversos problemas, como a falta de recursos tecnológicos (em Pacatuba), o tempo de atendimento individual para cada aluno, que não é suficiente para atender a demanda e a inclusão em si não acontece como deveria, como se vê no seguinte relato:

...Outra dificuldade é a inclusão em si, na escola. A inclusão física, na escola acontece! Agora dizer que o aluno é bem incluído na sala para o aprendizado, não é! O professor regular alega que não tem como dar atenção ao aluno especial. Portanto, a inclusão pedagógica, intelectual, não é bem feita.” (Relato da professora de Caucaia).

Acerca da concepção de Inclusão, segundo os relatos das docentes, foi evidenciado

que a inclusão ocorre quando as pessoas com deficiência têm acesso a comunicação e ao ensino-aprendizagem dentro e fora da escola. Segundo a professora de Fortaleza, as escolas não são adaptadas à realidade desses alunos. Foi relatado que é preciso mais do que a presença física do aluno com deficiência em sala de aula, é preciso que ele participe das atividades da escola, o que está longe de acontecer como deveria. Sobre as políticas de Inclusão existentes, encontrou-se nos três discursos que, apesar das leis terem evoluído, resguardando os direitos sobre a educação especial na perspectiva da inclusão, na prática não ocorre como deveria, pois muitos desses direitos ainda são negados.

7. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A partir dos resultados obtidos no presente estudo, percebe-se que os professores apresentam as mesmas concepções de inclusão encontradas na literatura, embora tenham relatado as divergências que muitas vezes prejudicam suas práticas. Assim como SILVEIRA e FIGUEIREDO (2010, p. 11) asseveram que “nessa área ainda encontramos dificuldades significativas e equívocos que contribuem para que o processo de inclusão e de aprendizagem desses alunos, não atendam as suas reais necessidades”. Em conformidade com o pensamento das autoras, as professoras relataram que, apesar das leis terem sido modificadas no sentido de melhoria, resguardando os direitos sobre a educação especial na perspectiva da inclusão, na prática não ocorre como deveria, pois muitos desses direitos ainda são negados. Contatou-se, portanto, que é preciso intensificar a luta por esses direitos para que a inclusão de fato se concretize no meio escolar.

Acerca das estratégias relacionadas à inclusão, foi destacado que, tanto no AEE como na sala de aula regular, “são necessárias transformações nas concepções de ensino que resultem em ações que privilegiem atenção à diferença e a diversidade”. (SILVEIRA e FIGUEIREDO, 2010, p. 11). As professoras da SRM, durante o atendimento nessas escolas, utilizam estratégias didáticas, na qual fazem uso de metodologias que promovam o desenvolvimento do aluno com deficiência.

Ainda no tocante a essa questão, destaca-se interação entre o professor do AEE e o professor da sala comum, que em alguns casos não desenvolvem um trabalho de relações mútuas, dificultando o bom andamento do processo de aprendizagem e desenvolvimento do aluno. É evidente a falta de articulação entre esses professores, de tal forma que tem gerado,

muitas vezes, situações de desconforto na relação dos dois, em que o aluno é o mais prejudicado. A escola precisa estabelecer uma proposta pedagógica que articule a relação dos professores do AEE e professores da sala de aula regular, considerando que um trabalho em harmonia possibilita mais aprendizagens e crescimento pessoal, além de que a partir dessa articulação a inclusão possa acontecer de fato.

De forma bastante preocupante, foi possível perceber que os cursos de graduação e especialização não oferecem todos os recursos necessários a uma atuação completa e eficaz no AEE. No qual os profissionais tendem a buscar em cursos de extensão um complemento, muitas vezes mais específico, para essa formação. Dessa forma fica evidente que apenas a graduação e especialização não é suficiente para que o docente atue no AEE. Faz-se necessário investir na formação docente desde o início da graduação, para que ao final do processo formativo, eles possam se sentir seguros e capacitados para enfrentar os diversos obstáculos impostos pelas limitações existentes.

Outro ponto bastante relevante é a falta de parceria entre o sistema de saúde e a escola. Diante disso, é importante que haja investimento por parte das autoridades competentes para facilitar a parceria, o acesso e o acompanhamento destes dois órgãos essenciais no desenvolvimento de alunos com deficiência, para que os mesmos sejam assistidos da forma mais adequada possível, desfrutando de recursos da área da saúde, tais como: fonoaudiologia, fisioterapia, neuropediatria, psiquiatria, e de recursos educacionais adequados, além da inclusão efetiva dentro da escola.

Mesmo diante das dificuldades que os alunos apresentam, a escola tem um papel fundamental na formação desses alunos, fazendo-se necessário que ela tenha uma atuação mais participativa. É possível que a escola ofereça recursos necessários à formação cognitiva e cidadã dos seus alunos incluídos, impactando de forma positiva na vida deles, capaz de torná-los seres autônomos e de interagir de forma independente com o mundo que os cerca.

As reflexões aqui desenvolvidas poderão contribuir para uma melhor compreensão acerca das estratégias de intervenção utilizadas no AEE, além das práticas de inclusão vivenciadas pela escola. Essas características demarcadas de maneira mais explícita permitem que o professor do AEE, assim como a escola em sua totalidade, identifiquem as dificuldades que envolvem a inclusão e a formação de alunos com e sem deficiência.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Decreto Nº 5.296** de 02 de dezembro de 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Inclusão: revista da educação especial, v. 4, n 1, janeiro/ junho 2008. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BATISTA, Cristina Abranches Mota; MANTOAN, Maria Teresa Egler. **Educação inclusiva: atendimento educacional especializado para a deficiência mental**. [2. ed.] Brasília : MEC/SEESP, 2006.

BEZERRA, Tarcileide Maria Costa; FIGUEIREDO, Rita Vieira de. Inclusão Escolar: O aluno com deficiência na escola regular. In: FIGUEIREDO, Rita Vieira de. (Org.). **Escola, diferença e inclusão**. Fortaleza: Edições UFC, 2010. p. 23-48.

FIGUEIREDO, Rita Vieira de; POULIN, Jean-Robert; GOMES, Adriana Leite Limaverde. **O atendimento educacional especializado para alunos com deficiência intelectual**. Brasília: MEC/UFC, 2010.

SILVEIRA, Selene Maria Penaforte; FIGUEIREDO, Rita Vieira de. A educação interativa, a cooperação e o ensino de atenção às diferenças. In: FIGUEIREDO, Rita Vieira de. (Org.). **Escola, diferença e inclusão**. Fortaleza: Edições UFC, 2010. p. 23-48.